



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA

Provimento CGJ nº 39/2025

Inclui o subitem 59.5 e altera a redação do subitem 89.2 ambos do Capítulo XVII das Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça.

O DESEMBARGADOR **FRANCISCO LOUREIRO**,
CORREGEDOR GERAL DA JUSTIÇA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES
LEGAIS,

CONSIDERANDO o advento da Lei nº 14.382 de 27 de junho de 2022, que deu nova redação ao art. 67 da Lei nº 6.015/73;

CONSIDERANDO a decisão proferida pelo E. Corregedor Nacional de Justiça, Ministro Mauro Campbell Marques, nos autos do processo SEI/CNJ nº 02179/2025, que alterou o parágrafo único do art. 122 do Provimento CNJ nº 149/2023;

CONSIDERANDO a necessidade de aperfeiçoamento do texto da normatização administrativa local;

CONSIDERANDO o exposto, sugerido e decidido nos autos dos processos nº 2025/00053216 e 2022/00118345;

RESOLVE:

Provimento CGJ nº 39/2025

1



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA

Artigo 1º - O Capítulo XVII das Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça passa a incluir o subitem 59.5, com a redação que segue:

59.5. Tratando-se de nubentes residentes em circunscrições diferentes, basta a publicação do edital de proclamas eletrônico na serventia onde tramita o processo de habilitação de casamento.

Artigo 2º - O subitem 89.2 do Capítulo XVII das Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça passa a ter a seguinte redação:

89.2. Se a celebração ocorrer sem prévia habilitação para o casamento, o termo ficará arquivado, após a assentada de duas testemunhas, nos próprios autos da futura habilitação, que será processada pelo Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais do local da celebração, a quem competirá formalizar os proclamas, na forma da lei.

Artigo 3º - Este provimento entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

São Paulo, data registrada no sistema.

FRANCISCO LOUREIRO
Corregedor Geral da Justiça
Assinatura Eletrônica

Provimento CGJ nº 39/2025

2